

Omega Energia Renovável S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório de desempenho para exercícios findo em 31 de dezembro de 2014	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Demonstrações do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório de desempenho para exercícios findo em 31 de dezembro de 2014

I. Aos Acionistas

A administração da Omega Energia Renovável S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.149.503/0001-06, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Barbacena, 472, 4º andar (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Comentário de Desempenho da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

II. Desempenho no exercício de 2014

Apesar do ano de 2014 ter se apresentado desafiador em função do cenário macroeconômico, das elevadas tarifas de energia de curto prazo resultantes de questões climáticas e regulatórias e do aumento da incerteza, nossa empresa teve desempenho financeiro em linha com seu plano, criando condições sólidas para avanços estratégicos nos próximos anos.

Continuamos acreditando que a energia é um insumo chave para a prosperidade econômica e social do Brasil e que nossa ampla experiência e diligente gestão nos levarão a efetivar a missão de expandir a oferta de energia com excelência a partir de fontes para as quais o país tenha vocação com destaque para as fontes Eólicas e Hídricas.

Pretendemos continuar a crescer, manter a qualidade do nosso portfólio, figurar entre os melhores operadores de usinas elétricas do país em termos de custo total do MWh produzido e disponibilidade líquida de nossas unidades bem como garantir contratos de venda de energia de longo prazo junto a um portfólio de clientes diversificado e qualificado em termos creditícios. Com isso, poderemos pagar dividendos crescentes a nossos acionistas de forma sustentável e longa.

Essa estratégia continua respaldada pela nossa missão de fornecer energia e gerar retornos superiores de forma sustentável através de uma eficaz rede composta por nossas pessoas, clientes, investidores e comunidade.

O principal evento de 2014 foi o início em julho da operação comercial de 70 MW de projetos eólicos localizados no Piauí (Complexo Delta 1 composto por Porto do Parnaíba (30 MW de capacidade instalada), Porto Salgado (20 MW de capacidade instalada) e Porto das Barcas (20 MW de capacidade instalada). Como efeito da expansão da base de ativos, obtivemos um substancial incremento de resultados vis-à-vis 2013. A receita líquida aumentou 235,30% (R\$114,45 MM em 2014 comparado a R\$ 48,64 MM no mesmo período de 2013), aumento devido, principalmente, à entrada em operação do complexo Delta.

O custo da operação cresceu de R\$ 28,70 MM em 2013 para R\$ 64,17 MM em 2014. A variação de 123,59 % se deu, principalmente pela compra de energia e pelo aumento de capacidade operacional. A conta Depreciação, assim como Serviço de Terceiros e Encargos do Sistema também demonstraram acréscimo, acompanhando o início de operação de Delta.

Desta forma, a consolidação dos resultados da Omega registrou lucro de R\$ 26,37 MM enquanto que, em 2013, registrou prejuízo de R\$ 16,88 MM, seguindo nossa estratégia de eficiência e consolidação dos ativos.

O caixa final gerado em 2013, que foi negativo em R\$ 48,13 MM melhorou substancialmente e, no final de 2014, registrou R\$ 1,26 MM de redução, principalmente em função do recebimento das debentures emitidas para Indaiá Grande e Indaiazinho.

Nos termos da Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia firmou contrato com a KPMG Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como das informações trimestrais. Adicionalmente, para fins do disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº. 381/2003, informamos que, atualmente, a Companhia não contrata a prestação de qualquer serviço que não seja de auditoria externa junto ao Auditor Independente ou por Partes Relacionadas com o Auditor Independente. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações financeiras e também com os Relatórios dos Auditores Independentes emitidos sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013. Estas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), conforme requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

Belo Horizonte, 24 de Março de 2015

A Administração



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Omega Energia Renovável S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Omega Energia Renovável S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

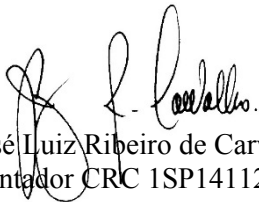
Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Omega Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Omega Energia Renovável S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
		<i>31/12/2014</i>	<i>31/12/2013</i>	<i>31/12/2014</i>	<i>31/12/2013</i>
Ativo circulante					
<i>Caixa e equivalentes de caixa</i>	6	11.354	12.615	43.991	55.919
<i>Clientes</i>	7	-	-	18.134	6.714
<i>IR e CS a recuperar</i>		-	110	1.156	1.233
<i>Tributos a recuperar</i>	9	4.390	2.370	13.030	10.855
<i>Outros créditos</i>	10	3.913	1.330	3.260	2.651
Total do ativo circulante		<u>19.657</u>	<u>16.425</u>	<u>79.571</u>	<u>77.372</u>
Ativo não circulante					
<i>Cauções e depósitos vinculados</i>	11	-	-	24.580	42.604
<i>Tributos a recuperar</i>	9	-	-	4.220	4.039
<i>Clientes</i>	7	-	-	2.004	-
<i>Ativo fiscal diferido</i>	12	12.810	17.331	12.810	17.331
<i>Debêntures</i>	10	-	75.972	-	-
<i>Outros recebíveis</i>	10	-	79	-	3.361
Total Realizável a Longo Prazo		<u>12.810</u>	<u>93.382</u>	<u>43.614</u>	<u>67.335</u>
<i>Investimentos</i>	13	269.124	220.223	30.488	26.682
<i>Imobilizado</i>	14	566	629	638.167	513.462
<i>Intangível</i>	15	749	1.002	18.922	18.896
		<u>270.439</u>	<u>221.854</u>	<u>687.577</u>	<u>559.040</u>
Total do ativo não circulante		<u>283.249</u>	<u>315.236</u>	<u>731.191</u>	<u>626.375</u>
Total do ativo		<u><u>302.906</u></u>	<u><u>331.661</u></u>	<u><u>810.762</u></u>	<u><u>703.747</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia Renovável S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante					
Fornecedores	16	381	807	35.743	15.349
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	30.460	15.204
Obrigações trabalhistas e tributárias	18	3.020	4.617	4.146	5.712
Outras obrigações		32	731	579	1.203
Provisões diversas	19	265	302	7.980	12.384
Total do passivo circulante		3.699	6.456	78.908	49.852
Passivo não circulante					
Fornecedores	16	-	-	16.390	-
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	328.994	240.714
Passivo fiscal diferido	20	-	-	2.441	9.837
Total do passivo não circulante		-	-	347.825	250.551
Total do passivo		3.699	6.456	426.733	300.403
Patrimônio líquido					
Capital social	21	312.167	338.429	312.167	338.429
Custo com captação de recursos	21	(2.354)	(2.354)	(2.354)	(2.354)
Reserva ágio	21	12.809	17.331	12.809	17.331
Reservas de capital	21	30.777	29.514	30.777	29.514
Prejuízos acumulados		(54.192)	(57.715)	(54.192)	(57.715)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		299.207	325.205	299.207	325.205
Participação dos não controladores		-	-	84.822	78.139
Total do patrimônio líquido		299.207	325.205	384.029	403.344
Total do passivo e patrimônio líquido		302.906	331.661	810.762	703.747

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia Renovável S.A.

Demonstrações de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro 2013

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional líquida	22	-	-	114.453	48.642
Custos da operação e conservação	23	-	-	(64.166)	(28.704)
Lucro bruto		-	-	50.287	19.938
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	24	(18.609)	(18.436)	(19.495)	(23.307)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	-	(11.035)	(259)	(10.644)
Resultado de equivalência patrimonial	13	18.177	(3.420)	5.184	1.443
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(432)	(32.891)	35.717	(12.570)
Receitas financeiras	26	5.316	14.572	10.250	10.676
Despesas financeiras	26	(98)	(128)	(23.803)	(11.915)
Receita (despesas) financeiras líquidas		5.218	14.444	(13.553)	(1.239)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		4.786	(18.447)	22.164	(13.809)
Imposto de Renda e Contribuição Social	27	-	783	4.204	(3.069)
Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício		4.786	(17.664)	26.368	(16.878)
Participação dos controladores no resultado do exercício		4.786	(17.664)	4.786	(17.664)
Participação dos não controladores		-	-	21.582	786
Lucro Líquido / (Prejuízo) do exercício	28	4.786	(17.664)	26.368	(16.878)
Número de ações		312.610	312.610		
Lucro / (Prejuízo) por ação básico (R\$)	28	0,0153099	(0,0565043)		
Número de ações		313.958	322.582		
Lucro / (Prejuízo) por ação diluído (R\$)	28	0,0152442	(0,0547576)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Omega Energia Renovável S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<i>Lucro Líquido/(Prejuízo) do exercício</i>	4.786	(17.664)	26.368	(16.878)
<i>Resultado Abrangente total</i>	<u>4.786</u>	<u>(17.664)</u>	<u>26.368</u>	<u>(16.878)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Omega Energia Renovável S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
dos períodos de nove meses findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Custo com captação de recursos	Ágio na subscrição de ações	Opções e ações outorgadas reconhecidas	Reserva Ágio Instrução CVM319	Saldo Reserva Cisão	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladore s	Total geral
Saldos em 01 de janeiro de 2013		505.259	(2.354)	19.926	10.851	21.852	(129)	(39.921)	515.484	3.068	518.551
<i>Aumento de capital</i>	21	-	-	-	-	-	-	-	-	74.285	74.285
<i>Reserva especial de ágio</i>	21	-	-	-	-	(4.522)	-	-	(4.522)	-	(4.522)
<i>Saldo reserva Cisão Gamma</i>	21	-	-	-	-	-	(1.134)	(129)	(1.263)	-	(1.263)
<i>Cisão Potami</i>	21	(1.436)	-	-	-	-	-	-	(1.436)	-	(1.436)
<i>Cisão Asteri</i>	21	(75.771)	-	-	-	-	-	-	(75.771)	-	(75.771)
<i>Cisão Kyria</i>	21	(28.618)	-	-	-	-	-	-	(28.618)	-	(28.618)
<i>Cisão Musca</i>	21	(11.594)	-	-	-	-	-	-	(11.594)	-	(11.594)
<i>Cisão Omicron</i>	21	(49.411)	-	-	-	-	-	-	(49.411)	-	(49.411)
<i>Prejuízo do exercício</i>	21	-	-	-	-	-	-	(17.664)	(17.664)	786	(16.878)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		338.429	(2.354)	19.926	10.851	17.330	(1.263)	(57.714)	325.205	78.139	403.343
<i>Redução de capital</i>	21	(20.000)	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	(20.000)
<i>Reserva especial de ágio</i>	21	-	-	-	-	(4.522)	-	-	(4.522)	-	(4.522)
<i>Saldo reserva Cisão</i>	21	-	-	-	-	-	1.263	(1.263)	-	-	-
<i>Cisão Gamma</i>	21	(6.262)	-	-	-	-	-	-	(6.262)	(3.068)	(9.330)
<i>Dividendos</i>	21	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.830)	(11.830)
<i>Lucro líquido do exercício</i>		-	-	-	-	-	-	4.786	4.786	21.582	26.368
Saldos em 31 de dezembro de 2014		312.167	(2.354)	19.926	10.851	12.809	-	(54.192)	299.206	84.823	384.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omega Energia Renovável S. A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes de impostos	4.786	(17.664)	22.164	(13.809)
Ajustes para:				
Despesa com depreciação e amortização	707	1.249	19.814	13.214
Resultado de equivalência patrimonial	(18.177)	3.420	(5.184)	(1.443)
Baixa de imobilizado	-	-	350	16.091
Receita financeira de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(2.077)	(2.211)
Receita de juros sobre debêntures de controladas	(1.028)	(7.421)	-	-
Encargos financeiros	-	-	16.268	11.932
Baixa de Ágio	-	6.456	-	-
(Aumento) redução nos ativos				
Aplicações em investimentos mantidos até o vencimento	-	-	(21.657)	(37.560)
Resgates de investimentos mantidos até o vencimento	-	-	41.758	8.513
Contas a receber	(954)	-	(13.424)	2.696
Impostos e contribuições a recuperar	(1.911)	(818)	(2.355)	537
Recebimento de dividendos	-	-	3.661	-
Outros créditos	-	4.424	(5.053)	2.121
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(426)	(84)	(1.106)	367
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(146)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.824)	(1.455)
Juros pagos com empréstimos	-	-	(16.906)	(11.376)
Outras contas a pagar	(2.331)	(603)	(4.754)	(6.607)
Caixa líquido gerado (usado) nas atividades operacionais	(19.334)	(11.187)	27.675	(18.990)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	(308)	(2.161)	(110.932)	(121.688)
Aquisição de ativo intangível	-	(336)	(1.015)	-
Aumento de capital social em controladas	(38.619)	-	-	-
Recebimento de debentures com controladas	77.000	-	-	-
Aquisição de debentures com controladas	-	(34.442)	-	-
Caixa Líquido gerado (usado) pelas atividades de investimento	38.073	(36.939)	(111.947)	(121.688)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	-	-	221.381	125.306
Redução de capital social	(20.000)	-	(20.000)	-
Pagamentos de empréstimos, financiamentos	-	-	(117.207)	(4.465)
Pagamento de dividendos	-	-	(11.830)	-
Caixa Líquido gerado (usado) nas atividades de financiamento	(20.000)	-	72.344	120.841
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.261)	(48.126)	(11.928)	(19.837)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa				
No início do período	12.615	60.741	55.919	75.756
No fim do período	11.354	12.615	43.991	55.919
	<u>(1.261)</u>	<u>(48.126)</u>	<u>(11.928)</u>	<u>(19.837)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Omega Energia Renovável S.A.

Demonstrações do valor adicionado dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	2014	2013	2014	2013
(=) 1. Receitas	-	-	123.292	53.104
<i>Vendas de Mercadorias Produtos e Serviços</i>	(+)	-	123.292	52.864
<i>Outras Receitas</i>	(+)	-	-	240
(=) 2. Insumos adquiridos de 3o.	(6.608)	(18.712)	(61.862)	(34.508)
<i>Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos</i>	(-)	-	(52.641)	(18.041)
<i>Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros</i>	(-)	(7.677)	(9.222)	(5.311)
<i>Perda/Recuperação de Valores Ativos</i>	(-)	(11.035)	-	(11.156)
3. = (1-2) Valor adicionado bruto	(6.608)	(18.712)	61.430	18.596
<i>Depreciação, Amortização e Exaustão</i>	(-)	(1.774)	(20.365)	(13.339)
5. = (3-4) Valor adicionado líquido	(7.282)	(20.486)	41.065	5.257
(=) 6. Valor adicionado recebido em transferência	23.473	11.152	15.434	12.119
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	(+)	(3.420)	5.184	1.443
<i>Receitas Financeiras</i>	(+)	14.572	10.250	10.676
7. = (5+6) Valor adicionado total	16.191	(9.334)	56.499	17.376
(=) 8. Distribuição do valor adicionado	16.191	(9.334)	56.499	17.376
<i>Pessoal</i>	(+)	10.172	11.821	12.061
<i>Impostos, Taxas e Contribuições</i>	(+)	1.856	(1.846)	14.096
<i>Remuneração de Capitais de Terceiros</i>	(+)	(3.698)	20.156	8.883
<i>Remuneração de Capitais Próprios</i>	(+)	(17.664)	26.368	(17.664)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Omega Energia Renovável S.A. (“Companhia”) foi constituída em 26 de setembro de 2007, na forma de sociedade limitada e em 24 de janeiro de 2008 transformou-se em sociedade por ações de capital fechado, tendo como objetivo participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”).

Informamos que, com base na documentação constante do processo CVM RJ-2014-2266, foi deferido em 10 de julho de 2014, o registro de emissor de que trata a Instrução CVM 480/2009, onde a Omega Energia Renovável S. A. para a categoria “A”.

O portfólio da Companhia hoje é composto por três PCHs (Indaia Grande, Indaiazinho e Pipoca) e quatro usinas Eólicas (Gargaú, Porto Salgado, Porto das Barcas e Porto do Parnaíba) que entraram em operação em 2014, exceto a Gargaú que iniciou suas operações em 2010, além da Omega Comercializadora de Energia.

2 Entidades do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

Participação acionária

Quadro de participações diretas		
	31/12/2014	31/12/2013
Delta dos Ventos Energia S.A.	100%	100%
Asteri Energia S.A.	50%	50%
Indaiá Grande Energia S.A.	100%	100%
Indaiazinho Energia S.A.	100%	100%
Omega Comercializadora Ltda.	100%	100%

Quadro de participações indiretas		
	31/12/2014	31/12/2013
Hidrelétrica Pipoca S.A.*	51%	51%
Gargaú Energética S.A.	100%	100%
Porto Parnaíba Energia S.A.	100%	100%
Porto Salgado Energia S.A.	100%	100%
Porto das Barcas Energia S.A.	100%	100%

* Controle compartilhado

Delta dos Ventos S.A. (“Delta”)

É uma sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011. Tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, incluindo, mas não se limitando, a pequenas centrais hidrelétrica (PCH), parques eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), e atividades relacionadas, e o investimento do capital de outras sociedades nos setores de energia, recursos naturais, infraestrutura ou serviços a estas relacionados.

Porto do Parnaíba Energia S.A. (“PPE”), Porto das Barcas Energia S.A. (“PBE”) e Porto Salgado Energia S.A. (“PSE”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 31 de agosto de 2011. Trata-se de projetos eólicos localizados no estado do Piauí, com capacidade instalada de 70 MW, sendo que sua operação iniciou-se em julho de 2014 .

A Porto do Parnaíba S.A por meio da portaria nº 225, de 13 de abril de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Delta do Parnaíba, constituída de quinze Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 30.000 kW de capacidade instalada, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, que teve início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema, o prazo de autorização para exploração são de 35 anos.

A Porto Salgado Energia S.A por meio da portaria nº 203, de 05 de abril de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto Salgado, constituída de dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, que teve início da operação comercial em 9 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema, o prazo de autorização para exploração são de 35 anos.

A Porto das Barcas Energia S.A por meio da portaria nº 200, de 05 de abril de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Porto das Barcas, constituída de dez Unidades Geradoras de 2.000 kW, totalizando 20.000 kW de capacidade instalada, no Município de Parnaíba, Estado do Piauí, que teve início da operação comercial em 2 de julho de 2014, quando a energia produzida pelas unidades geradoras passou a estar disponível ao sistema, o prazo de autorização para exploração são de 35 anos.

Asteri Energia S.A. (“Asteri”)

É uma sociedade de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2011. Tem como objetivo a assessoria, avaliação, intermediação, elaboração, desenvolvimento de estudos, projetos, pesquisas, planejamento, participações e negócios na área de energia renovável, incluindo, mas não se limitando, a pequenas centrais hidrelétrica (PCH), parques eólicos (CGE) e usinas termelétricas movidas a biomassa (UTE), e atividades relacionadas, e o investimento do capital de outras sociedades nos setores de energia, recursos naturais, infraestrutura ou serviços a estas relacionados.

Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”).

Hidrelétrica Pipoca S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de junho de 2004. A Pipoca obteve por meio da Resolução Autorizativa nº 474 de 06 de março de 2006, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 388 de 10 de setembro de 2001, anteriormente outorgada à HP2 do Brasil S.A., para implantar e explorar a Pipoca até setembro de 2031. Em outubro de 2008, foram iniciadas as obras de implantação da Pequena Central Hidrelétrica Pipoca, localizada no Rio Manhuaçu, entre os Municípios de Ipanema e Caratinga. A Hidrelétrica iniciou sua operação de geração de energia em outubro de 2010 com capacidade instalada de 20 MW.

Gargaú Energética S.A. (“GESA”).

A GESA, sociedade por ações de capital fechado, anteriormente denominada Centropomus Participações S.A., foi constituída em 17 de outubro de 2007, tendo como objeto social o propósito específico de realizar serviços de estudo, pesquisa, viabilidade, projetos, construção, gerenciamento de obras, operação e manutenção, destinados à ampliação, exploração, repotencialização, produção e geração de energia eólica.

A Gargaú obteve por meio da Resolução Autorizativa 2.145 de 27 de outubro de 2009, a transferência da autorização objeto da Resolução nº 534 de 01 de outubro de 2002, anteriormente outorgada à SeaWest do Brasil Ltda., para implantar e explorar a usina eólica Gargaú, situada em São Francisco de Itabapoana, no norte do Estado do Rio de Janeiro, com capacidade produtiva de 28,05 MW. O empreendimento entrou em operação comercial em 28 de outubro de 2010, tendo o contrato de energia por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa, sendo a Eletrobrás seu cliente exclusivo, o prazo de autorização para exploração são de 30 anos.

Indaiá Grande Energia S.A. (“Indaiá Grande”) e Indaiazinho Energia S.A. (“Indaiazinho”).

São sociedades anônimas de capital fechado, constituídas em 22 de agosto de 2008 e 24 de setembro de 2009, respectivamente. Por meio das Resoluções Autorizativas nº 1.856 e 1.857 de 24 de março de 2009, respectivamente, as investidas possuem autorização emitidas pela ANEEL, com capacidade instalada de 32,5 MW, sendo Indaiá Grande 29 MW e Indaiazinho 12,5 MW e, suas primeiras turbinas, entraram em operação em abril de 2012. O prazo de autorização para exploração é de 30 anos.

Omega Comercializadora de Energia Ltda. (“OMC”).

A Omega Comercializadora de Energia Ltda foi constituída em 25 de outubro de 2011, tendo como objetivo o comércio atacadista de energia elétrica.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC's)

A revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 (aprovada em dezembro de 2014) alterou o CPC 35, CPC 37 e CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 24 de março de 2015.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Grupo e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre os julgamentos e as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2014 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 12 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados

- Nota 19 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas dos recursos
- Nota 31 – Pagamento baseado em ações

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 30 – Instrumentos financeiros
- Nota 31 – Pagamento baseado em ações

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo
- os passivos para transações de pagamento baseadas em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo,

4 Principais políticas contábeis

a. Base de consolidação

i. Participação de acionistas não controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido

ii. Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

iii. Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual o Grupo possui controle compartilhado, aonde o Grupo tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

v. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações trimestrais consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e baixo risco de alteração do seu valor. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

iii. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

iv. Passivos financeiros derivativos

A companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

v. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os ativos imobilizados são depreciados conforme orientação apresentada na normativa da ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012. esta norma estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do manual de controle patrimonial do setor elétrico – MCPSE, aprovado pela resolução normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são as seguintes (% a.a):

PCHs (Indaia Grande, Indaiazinho, Pipoca)

<u>Usina</u>		<u>Escritório</u>	
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,56%	Máquinas e Equipamentos	10%
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,30%	Computadores	20%
Máquinas e Equipamentos	3,16%	Outros Equipamentos	20%
Móveis e Utensílios	6,25%	Sistema ERP	20%
		Móveis e Utensílios	10%
<u>Sistema de Transmissão e conexão</u>			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,43%		
Máquinas e Equipamentos	2,85%		
<u>Escritório - Usina</u>			
Máquinas e Equipamentos	7,48%		
Móveis e Utensílios	6,25%		

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A estimativa do valor residual do imobilizado leva em consideração a melhor estimativa da Administração da Companhia, inclusive amparada em posicionamento de seus assessores legais, quanto à legislação aplicável para concessões no tocante ao direito de indenização dos ativos remanescentes, inclusive o projeto básico de geração e não amortizados ao final da autorização.

Eólicas (Gargaú)

<u>Usina (em serviço)</u>		<u>Administração (em serviço)</u>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%	Intangíveis	10%
Máquinas e Equipamentos	4,80%	Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10,00%	Veículos	10%
		Móveis e Utensílios	10%
<u>Sistema de Transmissão e conexão</u>			
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,00%		
Máquinas e Equipamentos	2,74%		

Eólicas (Complexo Delta)

<u>Usina (em serviço)</u>		<u>Administração (em serviço)</u>	
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	3,33%	Intangíveis	10,00%
Máquinas e Equipamentos	4,56%	Máquinas e Equipamentos	10,00%
Móveis e Utensílios	6,25%	Veículos	10,00%
		Móveis e Utensílios	10,00%
<u>Sistema de Transmissão e Conexão</u>			
Máquinas e Equipamentos	2,99%		

Para o imobilizado das Eólicas os itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou no prazo de autorização, dos dois o menor. Terrenos não são depreciados.

e. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia possui ágio proveniente da aquisição da usina Gargaú Energética S.A, sendo atribuída a mais valia pela aquisição de sua carteira de clientes Eletrobras, a amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até outubro de 2032 quando encerra-se o contrato com a Eletrobrás.

A Companhia possui ágio proveniente da aquisição da usina Indaizinho Energia S.A, sendo atribuída a mais valia pela aquisição do ativo imobilizado, a amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039 quando encerra-se a autorização da ANEEL.

A Companhia possui ágio proveniente da aquisição da usina Indaiá Grande Energia S.A, sendo atribuída a mais valia pela aquisição do ativo imobilizado, a amortização é reconhecida no resultado por meio do método linear até março de 2039 quando encerra-se a autorização da ANEEL.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o período corrente e comparativo são as seguintes:

- Sistema ERP 5 anos
- Ágio Gargaú 20 anos
- Ágio Indaiá Grande 26 anos
- Ágio Indaiázinho 26 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativo financeiros não classificado como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontado ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

g. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que sim do que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2013, não existia nenhuma provisão referente a processos judiciais.

i. Receita operacional

A receita operacional da venda de energia no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de juros sobre as aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

l. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstrações do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam uma informação financeira adicional.

5 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do *IFRS 11*)
- *Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da *IAS 16* e *IAS 38*)
- *Defined Benefit Plans: Employee Contributions* (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da *IAS 19*)
- Agricultura: Plantas Produtivas (alterações a *IAS 16* e *IAS 41*)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a estas normas, consequentemente a sua adoção antecipada não é permitida.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Bancos	17	24	5.636	38.574
Aplicações financeiras de liquidez imediata	11.337	12.591	38.355	17.345
	<u>11.354</u>	<u>12.615</u>	<u>43.991</u>	<u>55.919</u>

Os investimentos financeiros do grupo referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas lastreadas em Debêntures, remunerados a taxa média de 98,53% do Certificado de Depósito Interbancário (96,50% do Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2013)

7 Clientes

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
CCEAR	6.773	-
Proinfra	8.584	3.294
Contratos Bilaterais	4.161	3.208
Contratos de curto prazo	620	212
	<u>20.138</u>	<u>6.714</u>
Parcela do circulante	<u>18.134</u>	<u>6.714</u>
Parcela do não circulante	<u>2.004</u>	<u>-</u>

Referem-se aos valores de fornecimento de energia. Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2014, portanto, não foi necessário o registro de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

8 Partes Relacionadas

Créditos com partes relacionadas

Os acionistas do grupo são Tarpon, Warburg Pincus, Ecopart e Administradores, conforme sua composição acionária na nota explicativa 20.

	Controladora		Controladora		Consolidado		Consolidado	
	Balço		DRE		Balço		DRE	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Circulante								
Outros Recebíveis								
Cargaú Energética S.A. (b)	-	54	-	-	-	-	-	-
Porto das Barcas Energia S.A. (b)	127	68	-	-	-	-	-	-
Porto do Pamaíba Energia S.A. (b)	1.641	34	-	-	-	-	-	-
Porto Salgado Energia S.A. (b)	126	75	-	-	-	-	-	-
Indaia Grande Energia S.A. (b)	190	-	-	-	-	-	-	-
Indaiazinho Energia S.A. (b)	189	-	-	-	-	-	-	-
Asteri Energia S.A. (b)	-	69	-	-	-	-	-	-
Dividendos								
Indaia Grande Energia S.A. (d)	653	-	-	-	-	-	-	-
Indaiazinho Energia S.A. (d)	902	-	-	-	-	-	-	-
	<u>3.828</u>	<u>300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Não Circulante								
Debêntures								
Indaia Grande Energia S.A. (a)	-	45.915	(409)	(2.428)	-	-	-	-
Indaiazinho Energia S.A. (a)	-	30.057	(410)	(1.653)	-	-	-	-
Porto Salgado Energia S.A.	-	-	(92)	(413)	-	-	-	-
Porto do Pamaíba Energia S.A.	-	-	-	(495)	-	-	-	-
Porto das Barcas Energia S.A.	-	-	-	(325)	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>75.972</u>	<u>(911)</u>	<u>(5.314)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros Recebíveis								
Hidrelétrica Pipoca S.A.*	-	36	-	-	-	-	-	-
Sigma Energia S.A. (b)	-	20	-	-	-	-	-	-
Indaiazinho Energia S.A. (b)	-	23	-	-	-	-	-	-
Asteri Energia S.A. (c)	-	-	-	-	-	3.361	-	-
	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado								
Compra de energia Intercompany								
Omega Comercializadora (e)	-	-	-	-	-	-	(2.882)	(1.473)
Indaia Grande Energia S.A. (e)	-	-	-	-	-	-	(564)	(288)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.446)</u>	<u>(1.761)</u>
Total	<u>-</u>	<u>76.050</u>	<u>(911)</u>	<u>(5.314)</u>	<u>-</u>	<u>3.361</u>	<u>(3.446)</u>	<u>(1.761)</u>

No primeiro trimestre de 2014 ocorreram liberações do BNDES e liberação da conta reserva especial para Indaia Grande Energia S.A e Indaiazinho Energia S.A, respectivos recursos foram utilizados para amortização da dívida de debêntures com a Omega Energia S.A.

(a) Correspondente à subscrição de debêntures simples, não conversíveis em ações, liquidadas em 10 de abril de 2014 a uma taxa de 8,5% a.a.

(b) Outros recebíveis referem-se as alocações de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (Aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório, limpeza e etc)

(c) Dividendos a serem recebidos pela Asteri relativos aos exercícios de 2012 e 2013.

(d) Dividendos a serem recebidos de Indaiá Grande e Indaiázinho relativo ao exercício de 2014.

Remuneração do pessoal chave da administração para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

2014	Diretoria Estatutária	Conselheiros	Total
Salário / Pró-Labore	2.738	-	2.738
Benefícios Diretos e Indiretos	62	-	62
Remuneração Variável	1.503	-	1.503
Total Remuneração (em R\$)	4.303	-	4.303
2013	Diretoria Estatutária	Conselheiros	Total
Salário / Pró-Labore	2.361	43	2.404
Benefícios Diretos e Indiretos	66	-	66
Remuneração Variável	1.291	-	1.291
Total Remuneração (em R\$)	3.718	43	3.761

9 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
PIS/COFINS (i)	-	-	8.333	8.444
IRRF (ii)	4.390	2.370	6.151	3.685
ICMS (iii)	-	-	2.757	2.757
Outros	-	-	9	8
	<u>4.390</u>	<u>2.370</u>	<u>17.250</u>	<u>14.894</u>
Ativo Circulante	<u>4.390</u>	<u>2.370</u>	<u>13.030</u>	<u>12.088</u>
Ativo Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.220</u>	<u>4.039</u>

(i) Os valores de PIS e COFINS referem-se aos créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção. Esses valores estão sendo compensados na proporção de 1/48 avos, de acordo com a legislação vigente.

(ii) Os valores de IRRF são decorrentes de resgates efetuados em aplicações financeiras com bancos.

(iii) Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado na construção da usina das controladas: Indaia Grande e Indaiazinho.

10 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adiantamento fornecedores	14	925	219	1.429
Dividendos	1.555	-	1.272	-
Folha de pagamento	31	47	34	47
Prêmio Seguros	40	39	516	486
Outros recebíveis	2.273	300	-	-
Outros créditos	-	19	1.219	689
	<u>3.913</u>	<u>1.330</u>	<u>3.260</u>	<u>2.651</u>

11 Cauções e depósitos vinculados

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Aplicações financeiras	24.580	42.604

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhamento do saldo das cauções e depósitos vinculados é apresentado no quadro abaixo:

Os saldos referem-se a aplicações financeiras de instrumentos de renda fixa, vinculadas ao financiamento do BNDES. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas pela Companhia mediante autorização expressa do BNDES.

Empresa	Caução	Instituição	Taxa do CDI	Contrato	31/12/2014	31/12/2013
Indaiazinho (a)	C.R.S.D.	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	4.127	1.067
	C.R.Especial	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	N/A	9.736
Indaiá Grande (a)	C.R.S.D.	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	5.940	1.509
	C.R.Especial	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	N/A	15.484
Gargaú (b)	C.R.S.D.	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	0	0
	C.C.R.	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	N/A	8.270
	C.R.O&M	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	593	534
	C.R.Especial	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	3.131	2.824
Pipoca (c)	C.R.S.D.	BB	100%	Financiamento BNDES Repasse	2.908	3.010
Complexo Delta (d)	C.R.S.D.	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	7.094	N/A
	C.R.O&M	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	158	N/A
	C.R.Especial	Itaú	100%	Financiamento BNDES Direto	9	N/A

- (a) O valor apresentado refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a, no mínimo, 6 (seis) vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES.
- (b) O valor apresentado refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a 3 (três) vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES e 3 (três) vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção de Gargaú, além do saldo da Conta Reserva Especial (valor mínimo de R\$ 2.500)..
- (c) O valor apresentado refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a, no mínimo, 3 (três) vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES.
- (d) O valor apresentado refere-se ao saldo das Contas Reserva, cujo somatório equivale a 3 (três) vezes a última prestação vencida de amortização e juros do contrato de financiamento BNDES e 3 (três) vezes a última prestação vencida do contrato de Operação e Manutenção do Complexo, além do saldo da Conta Reserva Especial.

A variação do saldo no exercício de 2014 é devido a (i) aditivo do contrato de financiamento junto ao BNDES, das SPEs Indaiá Grande e Indaiázinho, no qual é excluída a Conta Reserva Especial e alterado o número de prestações do serviço da dívida na Conta Reserva do Serviço da Dívida, de 3 (três) para 6 (seis) parcelas, além da (ii) redução de capital realizada em Gargaú, na qual foi transferido o valor total da conta centralizadora de receitas para a conta movimento.

12 Ativo fiscal diferido

O valor de imposto de renda diferido é proveniente do processo de incorporação reversa das investidas, Floriano SP Participações S.A, Jarny Participações Ltda, Hure Holdings S.A.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2012	21.852	21.852
Amortização	<u>(4.521)</u>	<u>(4.521)</u>
Saldo em 31/12/2013	17.331	17.331
Amortização	<u>(4.521)</u>	<u>(4.521)</u>
Saldo em 31/12/2014	<u><u>12.810</u></u>	<u><u>12.810</u></u>

A amortização do ativo fiscal diferido é de R\$ 4.521 mil em 31 de dezembro de 2014, (R\$ 4.521 em 31 de dezembro de 2013), esse imposto de renda diferido vem sendo amortizado de acordo com a curva de rentabilidade futura em 60 parcelas mensais a ser finalizada em outubro de 2017.

13 Investimentos

Informações das controladas

	Asteri	Indaiá Grande	Indaiazinho	Delta dos Ventos	OMC	Total
31 de Dezembro de 2014						
Participação	50%	100%	100%	100%	100%	
Ativos Circulantes	3.559	15.050	10.671	5	3.480	30.751
Ativos não circulantes	160.842	124.005	77.211	86.669	1	440.338
Total de ativos	164.401	139.055	87.882	86.674	3.481	471.089
Passivos circulantes	5.254	19.985	13.032	8	3.096	34.572
Passivos não circulantes	-	54.874	38.303	-	-	93.176
Total de passivo	5.254	74.859	51.335	8	3.096	127.748
Patrimônio Líquido	159.147	64.196	36.547	86.666	385	346.940
Receita	26.586	34.104	23.872	10.070	17.009	111.642
Despesas	(4.486)	(27.359)	(18.342)	(8.312)	(17.020)	(75.520)
Lucro / (Prejuízo)	22.100	6.745	5.530	1.758	(11)	36.122
Equivalência Patrimonial	11.050	6.745	5.530	1.758	(11)	25.072

Composição dos investimentos

	% - 31/12/2014	Patrimônio Líquido	Ágio	Lucro / (Prejuízo)	Equivalência Patrimonial	Investimento	Investimento 2013
Asteri	50%	159.147	-	22.100	11.050	79.573	75.418
Indaiá Grande	100%	64.196	1.435	6.745	6.745	65.631	59.607
Indaiazinho	100%	36.546	323	5.530	5.530	36.869	32.255
Delta dos Ventos	100%	86.666	-	1.758	1.758	86.666	46.289
Gamma Energia S/A	70%	-	-	-	-	-	6.258
OMC	100%	396	-	(11)	(11)	385	396
		346.951	1.758	36.122	25.072	269.124	220.223

Movimentação do investimento

	<i>Asteri</i>	<i>Delta dos Ventos</i>	<i>Indaia Grande</i>	<i>Gamma</i>	<i>Indaiazinho</i>	<i>OMC</i>	<i>Total</i>
Saldo em 31/12/2012	-	-	58.326	6.258	30.567	53	95.204
Aumento (redução) de Capital	77.851	50.191	-	-	-	-	128.042
Resultado de equivalência patrimonial	(2.433)	(3.902)	1.330	-	1.701	343	(2.961)
Outras movimentações	-	-	(49)	-	(13)	-	(62)
Saldo em 31/12/2013	75.418	46.289	59.607	6.258	32.255	396	220.223
Aumento (redução) de Capital (i)*	-	38.619	-	(6.258)	-	-	32.361
Resultado de equivalência patrimonial	11.050	1.758	6.745	-	5.530	(11)	25.072
Perda de investimentos (ii)	(6.896)	-	-	-	-	-	(6.896)
Dividendos	-	-	(653)	-	(902)	-	(1.555)
Outras movimentações	-	-	(68)	-	(14)	-	(82)
Saldo em 31/12/2014	79.573	86.666	65.631	-	36.869	385	269.124

(i) O aumento de capital na controlada direta Delta dos Ventos ocorreu por intermédio de aporte de capital da Companhia no primeiro semestre de 2014.

(*) Em 31 de março de 2014 foi aprovada a cisão de Gamma Energia S.A e a incorporação das parcelas patrimoniais cindidas pela controladora Kyria Energia S.A, no montante de R\$ 6.258 com consequente redução de capital da Companhia.

(ii) Refere-se a distribuição de dividendos prioritários os acionistas preferenciais de Asteri, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

Consolidado

	PIPOCA		
	<i>Custo</i>	<i>Ágio</i>	<i>Total</i>
Saldo em 31/12/2013	24.463	2.219	26.682
Amortização de ágio	-	(55)	(55)
Resultado de equivalência patrimonial	5.184	-	5.184
Dividendos	(1.323)	-	(1.323)
Saldo em 31/12/2014	28.324	2.164	30.488

14 Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Imobilizado em serviço	-	-	677.855	360.488
Máquinas e equipamentos	648	541	-	-
Terrenos	-	-	12.411	12.447
Móveis e utensílios	317	302	518	335
Benfeitorias em bens de terceiros	426	597	341	558
Veículos	-	-	34	-
Imobilizado em curso	-	-	-	142.842
Adiantamento Imobilizado	-	-	-	19.673
Projetos em andamento	-	-	-	11.083
	<u>1.391</u>	<u>1.440</u>	<u>691.159</u>	<u>547.426</u>
Depreciações acumuladas	<u>(825)</u>	<u>(811)</u>	<u>(52.992)</u>	<u>(33.964)</u>
	<u>566</u>	<u>629</u>	<u>638.167</u>	<u>513.462</u>

Composição do imobilizado em serviço

	EÓLICAS		PCH's		CONSOLIDADO	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Máquinas e equipamentos	452.112	154.101	53.281	53.241	505.393	207.342
Reservatório, barragens e adutoras	-	-	113.569	113.568	113.569	113.568
Edificações	25.871	6.433	33.009	33.009	58.880	39.442
Móveis de escritório	-	110	-	26	-	136
Veículos	-	-	13	-	13	-
	<u>477.983</u>	<u>160.644</u>	<u>199.872</u>	<u>199.844</u>	<u>677.855</u>	<u>360.488</u>

Movimentação do Custo Controladora

	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em bens de terceiros	Projetos em andamento	Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	9.533	298	428	595	47.246	58.100
Adições	-	4	113	-	2.043	2.160
Transferência	(9.533)	-	-	2	9.531	-
Cisão	-	-	-	-	(58.788)	(58.788)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	302	541	597	32	1.472
Adições	-	15	107	57	-	179
Baixas	-	-	-	(228)	(32)	(260)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	317	648	426	-	1.391

Movimentação da Depreciação da Controladora

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em bens de terceiros	Total Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(39)	(74)	(238)	(351)
Depreciação	(48)	(115)	(297)	(460)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(87)	(189)	(535)	(811)
Depreciação	(31)	(112)	(131)	(274)
Baixa	-	-	260	260
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(118)	(301)	(406)	(825)

Movimentação do Custo Consolidado

	Terrenos	Móveis e utensílios	Benfeitorias em bens de terceiros	Projetos em andamento	Veículos	Imobilizado em serviço	Imobilizado em curso	Adiantamento Imobilizado	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (ajustado)	22.243	272	556	104.618	-	359.729	19.761	-	507.179
Adições	-	63	2	8.146	-	759	123.081	19.673	151.724
Baixas	-	-	-	(16.091)	-	-	-	-	(16.091)
Cisão	(9.796)	-	-	(85.590)	-	-	-	-	(95.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	12.447	335	558	11.083	-	360.488	142.842	19.673	547.426
Adições	-	205	148	-	34	194	148.540	-	149.121
Baixas	(36)	-	-	-	-	(433)	(182)	-	(651)
Cisão	-	-	-	(5.047)	-	-	-	-	(5.047)
Transfêrencia	-	(22)	(365)	(6.036)	-	317.606	(291.200)	(19.673)	310
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12.411	518	341	-	34	677.855	-	-	691.159

Movimentação da Depreciação Consolidado

	Móveis e utensílios	Benfeitorias em bens de terceiros	Veículos	Imobilizado em serviço	Total Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (ajustado)	-	-	-	(24.033)	(24.033)
Depreciação	(49)	-	(3)	(9.879)	(9.931)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(49)	-	(3)	(33.912)	(33.964)
Depreciação	(38)	(128)	(6)	(18.856)	(19.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(87)	(128)	(9)	(52.768)	(52.992)

15 Intangível

	Controladora		Consolidado		
	ERP	Total	ERP	Ágio	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2012 (ajustado)	1.454	1.454	668	18.842	19.510
Adição	336	336	600	-	600
Amortização	(788)	(788)	(257)	(957)	(1.214)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2013	1.002	1.002	1.011	17.885	18.896
Adição	97	97	1.015	-	1.015
Transferência	-	-	(310)	-	(310)
Amortização	(350)	(350)	(382)	(297)	(679)
Saldo inicial em 30 de setembro de 2014	749	749	1.334	17.588	18.922

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Porto Salgado (i)	-	-	15.117	4.434
Porto das Barcas (i)	-	-	13.155	2.908
Porto do Parnaíba (i)	-	-	19.486	3.063
Indaiazinho (ii)	-	-	1.608	1.535
Indaia Grande (ii)	-	-	2.002	1.539
Omega	381	807	381	807
Gargaú	-	-	77	721
Delta	-	-	8	-
Asteri	-	-	3	-
Comercializadora	-	-	296	342
	<u>381</u>	<u>807</u>	<u>52.133</u>	<u>15.349</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	<u>381</u>	<u>807</u>	<u>52.133</u>	<u>15.349</u>
	<u>381</u>	<u>807</u>	<u>52.133</u>	<u>15.349</u>
Circulante	<u>381</u>	<u>807</u>	<u>35.743</u>	<u>15.349</u>
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.390</u>	<u>-</u>

- (i) Fornecedores relativos aos aerogeradores e construção dos Parques Eólicos, sendo o cronograma de pagamento conforme demonstrativo abaixo.

	Parcela 2015	Parcela 2017	Parcela 2019	Parcela total
Barcas	8.084	2.342	2.341	12.767
Parnaíba	12.127	3.512	3.512	19.151
Salgado	8.085	2.342	2.341	12.768
	<u>28.295</u>	<u>8.196</u>	<u>8.194</u>	<u>44.686</u>

As parcelas de 2015 referem-se ao eventos de CAF (Certificado de Aceitação Final) em negociação entre as partes, com a previsão de pagamento no primeiro semestre. As demais parcelas estão vinculadas a performance dos aerogeradores.

(ii) Fornecedores de turbinas para PCHs.

17 Empréstimos e financiamentos

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Empréstimo - BNDES	363.575	258.239
Custo de captação	(4.121)	(2.321)
	<u>359.454</u>	<u>255.918</u>
Parcela do circulante	<u>30.460</u>	<u>15.204</u>
Parcela do não circulante	<u>328.994</u>	<u>240.714</u>

A movimentação dos empréstimos é como segue:

OMEGA CONSOLIDADO

	Principal	Debêntures	Encargos	Custo Transação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>135.135</u>	<u>-</u>	<u>1.749</u>	<u>(2.363)</u>	<u>134.521</u>
Adição BNDES	26.790	-	-	-	26.790
Amortização BNDES	(4.465)	-	-	-	(4.465)
Custo Transação BNDES	-	-	-	42	42
Adição Debêntures	-	98.516	-	-	98.516
Encargos financeiros pagos	-	-	(11.376)	-	(11.376)
Encargos financeiros provisionados	-	-	11.890	-	11.890
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>157.460</u>	<u>98.516</u>	<u>2.263</u>	<u>(2.321)</u>	<u>255.918</u>
Adição BNDES	221.381	-	-	-	221.381
Amortização BNDES	(16.406)	-	-	-	(16.406)
Custo Transação BNDES	-	-	-	(2.285)	(2.285)
Amortização Custo Transação BNDES	-	-	-	485	485
Amortização Debêntures	-	(98.516)	(1.853)	-	(100.369)
Encargos financeiros pagos	-	-	(22.132)	-	(22.132)
Encargos financeiros provisionados	-	-	22.862	-	22.862
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>362.435</u>	<u>-</u>	<u>1.140</u>	<u>(4.121)</u>	<u>359.455</u>

Empréstimo obtido junto ao BNDES pelas controladas Gargaú Energética S.A., Indaiá Grande Energia S.A., Indaiá Energia S.A. e Delta dos Ventos Energia S.A., destinados à:

- Implantação do Complexo Eólico Gargaú Energética S.A.. As liberações estão segregadas em: (a) Subcrédito A, a ser pago em 192 meses, com vencimento inicial em 15/06/2011, no valor principal de R\$ 65.525 (valor original) liberado até 31 de dezembro de 2011, sobre os quais incidem juros de 2,34% ao ano acrescido da taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP; e (b) subcrédito B, no montante de R\$ 4.356, a ser pago em 114 parcelas com vencimento inicial em 15/06/2011, liberado até 31/12/10, sobre os quais incidem juros de 5,5% ao ano. Desses subcréditos foram liberados R\$ 69.881 (valor original). O cronograma de pagamento dos empréstimos está demonstrado a seguir. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo em aberto é de R\$ 55.791 (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 60.512).
- Em junho de 2012, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo para a PCH Indaiá Grande com o BNDES. O financiamento totaliza R\$ 72.523, com prazo de 135 meses sendo 126 meses para amortização e carência para início de pagamento em janeiro de 2013, com taxa de juros de TJLP + 2,71% a.a. Em fevereiro de 2014 foi efetuado o último desembolso no valor de R\$ 13.137, totalizando R\$ 71.972. O saldo em aberto é de R\$ 62.296 até 31 de dezembro de 2014 (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 57.139).
- Em junho de 2012, foi assinado o contrato de financiamento de longo prazo para a PCH Indaiá Energia com o BNDES. O financiamento totaliza R\$ 50,997 milhões, com prazo de 135 meses sendo 126 meses para amortização e carência para início de pagamento em janeiro de 2013, com taxa de juros de TJLP + 2,51% a.a. Em fevereiro de 2014 foi efetuado o último desembolso no valor de R\$ 9.243, totalizando R\$ 50.547. O saldo em aberto é de R\$ 43.450 até 31 de dezembro de 2014 (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 40.072).
- Implantação das Eólicas Porto das Barcas, Porto do Parnaíba e Porto Salgado (empresas do Complexo Delta); totalizando R\$ 198.780. O prazo de amortização do contrato é de 192 parcelas, com o vencimento inicial em 15/11/2014 e a última prestação no dia 15/10/2030. Os juros são de 2,18% ao ano, a título de remuneração, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Em 31 de dezembro o saldo em aberto é de R\$ 58.626 para Porto das Barcas (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 29.084), R\$ 87.076 para Porto do Parnaíba (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 41.175), e R\$ 52.215 para Porto Salgado (em 31/12/2013 o saldo era de R\$ 30.110). Existe saldo em aberto a ser liberado pelo BNDES, previsto no primeiro semestre de 2015, o valor total de R\$ 12.646 referente aos sub-créditos destinados a implantação. Além deste, há em aberto o saldo no valor de R\$ 1.036 referente ao sub-crédito destinado a fins sociais.

Gargáú		
	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2015	4.784	8.781
2016	4.736	8.449
2017	4.736	8.086
2018 a 2027	41.535	56.305
Total	55.791	81.621

IDG		
	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2015	6.738	12.176
2016	7.408	11.607
2017	7.408	11.000
2018 a 2023	40.743	49.877
Total	62.297	84.660

IDZ		
	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2015	4.463	8.465
2016	5.198	8.075
2017	5.198	7.660
2018 a 2023	28.591	34.850
	43.450	59.050

DELTA		
	Amortização da Dívida	Fluxo de Caixa Contratual
2015	10.983	27.140
2016	12.602	26.273
2017	12.602	25.287
2018 a 2030	161.730	240.380
	197.917	319.080

O fluxo de caixa contratual trata-se da projeção da dívida considerando os juros estimados.

Conforme contrato de empréstimo, a controlada mantém aplicações financeiras no montante de R\$ 24.580 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 42.604 em 31 de dezembro de 2013) como forma de garantia para pagamento de 6 (seis) prestações de amortização e juros do contrato de financiamento para IDG e IDZ e 3 (três) prestações de amortização e juros contrato de Operação e Manutenção e Conta Reserva Especial de Gargaú. Este valor está apresentado no ativo realizável no longo prazo, conforme nota explicativa nº 11.

Covenants Financeiros

Em cumprimento das obrigações assumidas no contrato de repasse entre a controladas Indaiá Grande, Indaiázinho e Gargaú junto ao Banco do Brasil, Banco Itaú e BNDES. Em 31 de dezembro de 2014, as controladas estavam adimplentes com os covenants quantitativos e qualitativos.

Para as empresas do complexo Delta, as obrigações contratuais passam a ser válidas em dezembro de 2015.

Cartas de fiança

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui cartas de fiança relacionadas aos seus contratos de empréstimos. As cartas fiança da Companhia estão relacionadas abaixo:

Empresa	Vencimento	Valor Afiançado (RS)	Agente	Objetivo
Indaiá Grande	07/11/2016	20.418	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	19/10/2015	109	Banco Itaú Unibanco S. A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	23/12/2015	31.137	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiá Grande	06/07/2016	20.418	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	07/11/2016	14.652	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	19/10/2015	68	Banco Itaú Unibanco S. A.	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	23/12/2015	21.243	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Indaiázinho	06/07/2016	14.652	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2016	29.216	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto das Barcas	15/07/2016	28.500	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Pamaíba	15/07/2016	45.298	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto do Pamaíba	15/07/2016	40.000	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2016	25.486	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Porto Salgado	15/07/2016	26.000	Banco Bradesco	Garantia de financiamentos de empréstimos
Gargaú	07/12/2015	190	Banco Itaú Unibanco S. A.	Garantia de financiamentos de empréstimos

18 Obrigações trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Salários e ordenados	2.167	3.214	2.174	3.280
Provisões trabalhistas	837	312	856	315
Impostos a pagar	-	881	996	1.907
Impostos sobre terceiros	16	210	120	210
	<u>3.020</u>	<u>4.617</u>	<u>4.146</u>	<u>5.712</u>

19 Provisões Diversas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Indaiá Grande	-	-	4.787	7.416
Indaiazinho	-	-	2.407	4.595
Comercializadora	-	-	439	-
Asteri	-	-	81	71
Omega	265	302	265	302
	<u>265</u>	<u>302</u>	<u>7.980</u>	<u>12.384</u>

As provisões são relativas à gastos indiretos da construção das usinas de Indaia Grande R\$ 4.787 em 31 de dezembro 2014 (R\$ 7.416 em 31 de dezembro 2013), Indaiazinho R\$ 2.407 em 31 de dezembro 2014 (R\$ 4.595 em 31 de dezembro de 2013), sendo que os respectivos valores não foram faturados pelos fornecedores. Outras provisões referentes as despesas gerais, porém não houve o recebimento das respectivas faturas, o montante foi de R\$ 785 em 31 de dezembro 2014 (R\$ 373 em 31 de dezembro de 2013).

20 Passivo fiscal diferido

	Balanco Patrimonial	
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	10.404	-
Base Depreciação incentivada (b)	(12.845)	(9.837)
Passivo Fiscal diferido líquido	<u>(2.441)</u>	<u>(9.837)</u>

	Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa (a)	10.404	-
Base Depreciação incentivada (b)	(3.008)	(3.008)
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>7.396</u>	<u>(3.008)</u>

(a) A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e passou a apresentar histórico de lucros tributáveis em 2014, dessa forma, a Companhia reconheceu um imposto de renda diferido decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social suportada pela estimativa de lucros tributáveis futuros baseados no plano de negócios aprovado pela Diretoria.

(b) Passivo fiscal diferido constituído através do cálculo entre a diferença de taxa de depreciação Aneel e taxa de depreciação aceita pelo fisco.(art. 37 da Lei nº 11.196/05) dispõe que poderão ser utilizadas, para os bens novos adquiridos até 31.12.2013, as taxas de depreciação previstas pela RFB para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Portanto, a diferença entre o valor do encargo decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela RFB e o valor do encargo contabilizado decorrente das taxas anuais de depreciação fixadas pela ANEEL aos bens do ativo imobilizado, exceto terrenos, adquiridos ou construídos por empresas de geração de energia elétrica, poderá ser excluída do lucro líquido da Companhia para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em Em 31 de dezembro de 2014 é de R\$312.167, representado por 312.610.000 ações ordinárias.

		Ações ON (mil)	%
BJJ Fundo de Investimento em Participações	Tarpon	169.675	54,28%
WP x Brasil Fundo de Investimento em Participações	Warburg Pincus	117.749	37,67%
Ecopart Investimentos S.A.	Ecopart	22.686	7,25%
Administradores	Diretoria	2.500	0,80%
		<u>312.610</u>	<u>100,00%</u>

Distribuição dos lucros

O lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado: (i) 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei; (ii) Do saldo do lucro líquido restante, e conforme proposto pelo Conselho de Administração, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas sujeitas às leis e as regulamentações aplicáveis.

A cada exercício social, os acionistas terão direito a uma distribuição do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do ano.

A distribuição de dividendo não será obrigatória no exercício social em que o Conselho de Administração informar a Assembleia Geral Ordinária, que o pagamento de tal dividendo é incompatível com a condição financeira da Companhia, conforme estatuto vigente da Companhia.

Reserva de custo com captação recursos

Constituída pelo custo de transação incorrido na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais no montante R\$ 2.354.

Reserva de Ágio

O saldo de R\$ 12.809 (R\$ 17.331 em 31 de dezembro de 2013), referente IR e CS diferido relativo à incorporação reversa Jarny, Hure e Floriano, conforme notas explicativas:

Ágio na subscrição de ações e Reserva de Capital.

Reserva referente ágio na aquisição de controladas: Sigma R\$ 8.880, Gargaú R\$ 8.117 e Gamma R\$ 2.929. Constituição de reserva baseada pelo primeiro programa (Outorga) realizado em 14 de Julho de 2010, no montante de R\$ 4.375. O montante de R\$ 6.476 é o reconhecimento dos programas 1, 2 e 3, sendo que o “vesting” não foi exercido.

22 Receita operacional líquida

Consolidado

	31/12/14		31/12/13	
	R\$	MWh	R\$	MWh
Total Vendas Garantia Física	123.292	518.261	52.038	255.369
Vendas Proinfá	28.725	78.087	15.359	45.330
CCEAR	18.849	150.818	-	-
Vendas Mercado de Curto Prazo	75.718	289.356	36.679	210.039
Impostos	(8.839)	-	(3.396)	-
	114.453	518.261	48.642	255.369

23 Custo da operação e conservação

Consolidado

	Consolidado	
	31/12/14	31/12/13
Compra Energia (i)	(28.379)	(4.711)
Compra Intercompany (nota 8)	(3.446)	(1.761)
Depreciação usina	(20.364)	(10.847)
Taxas Regulatórias	(6.741)	(5.246)
Serviços de terceiros	(4.133)	(1.243)
O&M	(1.847)	(3.556)
Terras	(1.177)	(665)
Seguros	(439)	(421)
Outros	(65)	(255)
Impostos a Recuperar	2.425	-
	(64.166)	(28.704)

(i) A compra de energia refere-se a quantidade de energia adquirida de terceiros, 72,2 GWh no período findo em 31 de dezembro em comparação à 19,3 GWh no mesmo período de 2013. Houve necessidade de recompensação no lastro de energia em Delta para atender o suprimento dos CCEARs e dos CCEALs. Esta recomposição é devido ao descasamento entre operação comercial (02/07/2014) e o início do suprimento dos CCEARs de Porto das Barcas (13/06/2014) e Porto do Parnaíba (20/06/2014). Foi realizada compra de 0,85 GWh para atendimento ao CCEAR, totalizando R\$ 4.325 e 0,84 GWh para atendimento ao CCEAL, totalizando R\$ 4.174 neste período de descasamento.

A maior quantidade de compra de energia, 30 GWh, foi realizada para atender prazo inicial de suprimento do CCEAR, previsto para março. A postergação do início de suprimento do CCEAR possibilitou a venda desta energia no mercado de curto prazo.

24 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas Pessoal	(11.470)	(12.721)	(12.235)	(15.457)
Depreciação	(674)	(1.774)	(674)	(1.774)
Despesas com Serviços de Terceiros	(2.423)	(1.282)	(2.227)	(2.260)
Despesas Gerais	(1.380)	(967)	(1.309)	(1.541)
Despesas de Informática	(1.132)	(943)	(1.197)	(987)
Despesas Administrativas	(702)	(709)	(1.021)	(1.246)
Despesas com Due Diligence	(800)	(40)	(800)	(40)
Tributos	(28)	-	(32)	(2)
	<u>(18.609)</u>	<u>(18.436)</u>	<u>(19.495)</u>	<u>(23.307)</u>

25 Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Baixa do ágio da Zeta	-	(6.456)	-	(6.456)
Perdas de Projetos Inviabilizados	-	(4.579)	-	(4.579)
Multas Contratuais	-	-	(240)	-
Crédito Pis/Cofins Comercializadora	-	-	-	412
Indenizações	-	-	(19)	(21)
	<u>-</u>	<u>(11.035)</u>	<u>(259)</u>	<u>(10.644)</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros s/aplicações financeiras	3.013	9.821	8.611	4.804
Receita Debêntures	912	-	-	-
Ganho com variação cambial(i)	-	4.539	-	4.537
Outras receitas	1.391	212	1.639	1.335
	<u>5.316</u>	<u>14.572</u>	<u>10.250</u>	<u>10.676</u>
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros s/empréstimos	-	-	(22.862)	(8.955)
Capitalização de juros s/empréstimos	-	-	4.555	-
Assessoria financeira	-	-	(477)	-
IOF	-	-	(47)	-
Comissão sobre Fiança	-	-	(4.408)	-
Outras despesas	(98)	(128)	(564)	(2.960)
	<u>(98)</u>	<u>(128)</u>	<u>(23.803)</u>	<u>(11.915)</u>
	<u>5.218</u>	<u>14.444</u>	<u>(13.553)</u>	<u>(1.239)</u>

- i. Valor referente a variação cambial em 2013 referente a um a instrumento financeiro de proteção para compra dos Geradores do Complexo Delta.

27 Imposto de renda e contribuição social

LUCRO REAL - 2014	Omega		Gargau		Comercializadora		Delta		Total	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	(1.556)	(1.556)	(10.545)	(10.545)	11	(11)	(2.396)	(2.396)	(14.486)	(14.508)
Adições										
Despesas Indedutíveis	(13.797)	(13.797)	-	-	-	-	(65)	(65)	(13.862)	(13.862)
Provisões	-	-	(78)	(78)	-	-	(102)	(102)	(180)	(180)
Total das adições	(13.797)	(13.797)	(78)	(78)	-	-	(167)	(167)	(14.041)	(14.041)
Exclusões										
Diferença depreciação ANEEL x Fisco	-	-	8.847	8.847	-	-	-	-	8.847	8.847
Receita com Equivalência Patrimonial	18.177	18.177	-	-	-	-	-	-	18.177	18.177
Base de cálculo Negativa do IRPJ e CSLL períodos anteriores	-	-	408	408	-	-	767	767	1.175	1.175
Total das exclusões	18.177	18.177	9.255	9.255	-	-	767	767	28.199	28.199
Total líquido das adições/exclusões	2.824	2.824	(1.368)	(1.368)	11	(11)	(1.795)	(1.795)	(328)	(350)
Total Resultado ajustado	1.268	1.268	(1.368)	(1.368)	11	(11)	(1.795)	(1.795)	(1.884)	(1.906)
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(319)	(123)	-	-	(377)	(162)	(696)	(285)
IRPJ e CSLL Diferido (i)	-	-	7.650	2.753	-	-	-	-	7.650	2.753
IRPJ e CSLL Diferido (ii)	-	-	(2.212)	(796)	-	-	-	-	(2.212)	(796)
Total da despesa com tributos	-	-	5.119	1.834	-	-	(377)	(162)	4.742	1.672

(i) Reconhecimento de ativo fiscal diferido de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa.

(ii) Reconhecimento de passivo fiscal diferido de diferenças de taxa de depreciação

LUCRO REAL - 2013	Omega		Gargau		Comercializadora		Delta		Total	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	18.447	18.447	(3.091)	(3.091)	(484)	(484)	6.799	6.799	21.672	21.672
Adições										
Despesas Indedutíveis	(13.803)	(13.803)	(3)	(3)	-	-	-	-	(13.806)	(13.806)
Provisões	(3.130)	(3.130)	(247)	(247)	-	-	-	-	(3.377)	(3.377)
Total das adições	(16.933)	(16.933)	(250)	(250)	-	-	-	-	(17.183)	(17.183)
Exclusões										
Diferença depreciação ANEEL x Fisco	1108	1.108	8847	8.847	-	-	-	-	9.955	9.955
Receita com Equivalência Patrimonial	7667	7.667	-	-	-	-	-	-	7.667	7.667
Total das exclusões	8.775	8.775	8.847	8.847	-	-	-	-	17.622	17.622
Total líquido das adições/exclusões	10.290	10.290	8.597	8.597	-	-	-	-	18.887	18.887
Total Resultado ajustado	28.737	28.737	5.506	5.506	(484)	(484)	6.799	6.799	40.558	40.558
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	-	-	(97)	(44)	-	-	(97)	(44)
IRPJ e CSLL Diferido	-	-	(2.212)	(796)	-	-	-	-	(2.212)	(796)
Outros	783	-	553	199	-	-	-	-	1.336	199
Total da despesa com tributos	783	-	(1.659)	(597)	(97)	(44)	-	-	(973)	(641)

LUCRO PRESUMIDO	Indaiá Grande	Indaiazinho	Total 2014	Indaiá Grande	Indaiazinho	Total 2013
	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013
Receita Bruta	(33.237)	(23.224)	(56.461)	(19.567)	(12.425)	(31.992)
Lucro Presumido IRPJ 8%	(2.659)	(1.858)	(4.517)	(1.565)	(994)	(2.559)
Receitas Financeiras	(868)	(649)	(1.517)	(1.369)	(843)	(2.212)
Base Calculo	(3.527)	(2.507)	(6.034)	(2.935)	(1.837)	(4.772)
IRPJ 25%	(882)	(627)	(1.509)	(734)	(459)	(1.193)
Receita Bruta	(33.237)	(23.224)	(56.461)	(19.567)	(12.425)	(31.992)
Lucro Presumido CSLL 12%	(3.988)	(2.787)	(6.775)	(2.348)	(1.491)	(3.839)
Receitas Financeiras	(868)	(649)	(1.517)	(1.369)	(843)	(2.212)
Base Calculo	(4.856)	(3.436)	(8.293)	(3.717)	(2.334)	(6.051)
CSLL 9%	(437)	(309)	(746)	(335)	(210)	(545)
Imposto de Renda e Contribuição Social calculados acima	(1.319)	(936)	(2.255)	(1.068)	(669)	(1.737)
Outros Ajustes	20	25	45	180	102	283
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.299)	(911)	(2.210)	(888)	(567)	(1.455)

	2014		
	Lucro Presumido	Lucro Real	Total
IRPJ	(1.464)	4.742	3.279
CSLL	(746)	1.672	926
TOTAL	(2.210)	6.414	4.204

	2013		
	Lucro Presumido	Lucro Real	Total
IRPJ	(887)	(1.570)	(2.457)
CSLL	(568)	(44)	(612)
TOTAL	(1.455)	(1.614)	(3.069)

28 Lucro/(prejuízo) por ação

A tabela a seguir apresenta o lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído por ação para os períodos de nove meses findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u>
Numerador		
Lucro/(Prejuízo) do exercício	4.786	(17.664)
Denominador		
Média ponderada do número de ação	<u>312.610</u>	<u>312.610</u>
Lucro/(Prejuízo) por ação básico (R\$)	<u>0,0153099</u>	<u>(0,0565043)</u>
Denominador		
313.958	<u>313.958</u>	<u>322.582</u>
Lucro/(Prejuízo) por ação diluído (R\$)	<u>0,0152442</u>	<u>(0,0547576)</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

29 Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros com a cobertura contratada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os principais seguros vigentes em 31 de dezembro de 2014, para as subsidiárias referentes aos riscos de responsabilidade civil e operacional são:

- **Indaiá Grande S.A.** – A cobertura é de R\$ 173.359, vigente durante o período de 07/10/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 132.
- **Indaiazinho S.A.** - A cobertura é de R\$ 113.351, vigente durante o período de 07/10/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 88.
- **Gargaú Energética S.A.** – A cobertura é de R\$ 195.700, vigente durante o período 28/10/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 149.
- **Porto das Barcas Energia S.A.** – A cobertura é de R\$ 101.170, vigente durante o período 01/07/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 72.
- **Porto do Parnaíba Energia S.A.** – A cobertura é de R\$ 143.018, vigente durante o período 01/07/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 105.
- **Porto Salgado Energia S.A.** – A cobertura é de R\$ 104.293, vigente durante o período 01/07/2014 até 28/10/2015 e o prêmio é de R\$ 72.

30 Instrumentos financeiros

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco operacional;
- Risco de regulação
- Risco de acelerações de dívida
- Risco de mercado (taxa de juros);
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório foi:

	Nota	Consolidado	
		31/12/14	31/12/13
Caixas e equivalentes	6	43.991	55.919
Clientes	7	20.138	6.714
Outros Créditos	8	8.675	2.651
Aplicações Financeiras	10	24.580	42.604
		<u>97.384</u>	<u>107.888</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Risco de regulação

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico bem como aqueles realizados e devidamente autorizados pelo Poder Concedente, após a assinatura do contrato de autorização que não estarão totalmente depreciados ao final da concessão serão reembolsados pelo Poder Concedente.

Risco de acelerações de dívida

O Grupo tem contrato de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. O Grupo possui financiamento de longo prazo a índices atrelados à TJLP.

O risco de mercado referente à juros está exposto em quadro no tópico “Análise de sensibilidade dos passivos financeiros”.

Análise da sensibilidade dos passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação da TJLP para financiamentos junto ao BNDES.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP para financiamentos junto ao BNDES, foi definido o cenário provável para o ano de 2014 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Exposição em 31-Dez-14	Risco	Cenário 1*	Com o índice									
				Elevação de índice em 25%		Elevação de índice em 50%		Redução de índice em 25%		Redução de índice em 50%			
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDG	RS	62.296	variação da TJLP	RS	6.738	RS	8.422	RS	10.107	RS	5.053	RS	3.369
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - IDZ	RS	43.450	variação da TJLP	RS	4.463	RS	5.579	RS	6.694	RS	3.347	RS	2.231
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - GARGAÚ	RS	55.791	variação da TJLP	RS	4.784	RS	5.980	RS	7.176	RS	3.588	RS	2.392
Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES - DELTA DOS VENTOS	RS	197.917	variação da TJLP	RS	10.983	RS	13.728	RS	16.474	RS	8.237	RS	5.491
Total	RS	359.454		RS	26.968	RS	33.709	RS	40.451	RS	20.225	RS	13.483

Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O principal passivo financeiro contratado são os empréstimos bancários com o BNDES e seus vencimentos contratuais estão demonstrados na Nota Explicativa nº 15.

O Grupo administra seus riscos de negócio em dois níveis básicos, estratégico e operacional, o que permite identificar claramente os riscos, priorizar as ações mitigatórias e otimizar os recursos necessários, adicionando, portanto, valor aos seus processos por meio de comitê de risco e comitê de planejamento.

O Grupo busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outros que contas a pagar com fornecedores) para os próximos 30 dias.

O Grupo monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

O Grupo utiliza instrumento de debentures não conversíveis em ações por meio de sua controladora, com intuito de suprir riscos de liquidez de suas controladas, ou AFAC's (Antecipação para Futuro Aumento de Capital) como instrumento de aporte de capital e cobertura de riscos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não utilizou esse instrumento.

Análise do valor justo dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor Justo		Valor Contábil	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixas e equivalentes	43.991	55.919	43.991	55.919
Aplicações Financeiras	24.580	42.604	24.580	42.604
Clientes	20.138	6.714	20.138	6.714
Outros Créditos	8.675	2.651	8.675	2.651
Empréstimos e Financiamentos	359.454	255.918	359.454	255.918
Fornecedores	52.132	15.349	52.132	15.349

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam a saldo a ser liquidado na data das informações financeiras.

Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Categoria
	Contábil		
	31/12/2014	31/12/2013	
Caixas e equivalentes	43.991	55.919	A
Aplicações Financeiras	24.580	42.604	B
Clientes	20.138	6.714	C
Outros Créditos	8.675	2.651	C
Empréstimos e Financiamentos	359.454	255.918	D
Fornecedores	52.132	15.349	D

- A- Ativo disponível para venda
 B- Ativo financeiro mantido até o vencimento
 C- Empréstimos e recebíveis
 D- Outros passivos financeiros

Hierarquia de valor justo

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa R\$ 43.991 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 55.919 em 31 de dezembro de 2013) e instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes à aplicações financeiras no consolidado R\$ 24.580 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 42.604 em 31 de dezembro de 2013).

31 Pagamento baseado em ações

Os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opções de compra de ações da Companhia, em 1º de junho 2010. O plano tem por objetivo permitir que os membros da diretoria, empregados que exercem função de gerência e demais empregados, mediante determinação do Conselho de Administração, recebam opções. Cada opção outorgada permite ao participante o direito de subscrever uma ação da Companhia. A seguir apresentamos o total de ações outorgadas que ainda não foram exercidas:

Strike					
Programa	Outorgado	(R\$/ação)	Outorga	Vesting	Exercício
Programa 2	1.271.425	1,6	2010	2012	-
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013	-
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2013	-
Programa 2	1.271.424	1,6	2010	2014	-
Programa 3	282.539	1,6	2011	2013	-
Programa 3	1.196.997	1,6	2012	2014	-
Programa 3	2.022.080	1,6	2013	2015	-
Programa 3	1.384.642	1,6	2013	2015	-
9.971.955					

A Companhia reconhece o valor da opção na medida em que os serviços forem sendo prestados pelos empregados, ao longo do período, entre outorga e vesting.

O valor de mercado da ação foi mensurado pelo valor justo considerando as últimas transações de mercado próximas à data da outorga.

O exercício das opções, objeto do plano esta sujeito ao preenchimento de determinados requisitos por parte do beneficiário da opção na respectiva data do exercício da opção, o que inclui a exigência de manutenção do vínculo de trabalho do beneficiário com a Companhia.

32 Compromissos

Os empreendimentos tem como obrigação, a geração de energia para honrar os contratos de curto e longo prazo. Para isso, incorre em custos pelos acessos ao sistema de distribuição e de transmissão, além dos contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL.

Os empreendimentos hídricos também possuem contratos de compra de energia.

33 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

* * *

Antonio Augusto Torres de Bastos Filho
Diretor Presidente

Ricardo Alberto Oliveira dos Santos
Diretor Financeiro

Igor Henrique de Oliveira Silva
Contador
CRC SP-234606/O-5